

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA: UM ENFOQUE PSICANALÍTICO, A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO

VIOLENCIA DE GÉNERO EN BRASIL Y EN AMÉRICA LATINA: UN ENFOQUE PSICANALÍTICO, LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y PERSPECTIVAS DE AFRONTAMIENTO

GENDER VIOLENCE IN BRAZIL AND LATIN AMERICA: A PSYCHOANALYTIC APPROACH, THE KNOWLEDGE PRODUCTION AND PERSPECTIVES OF CONFRONTING

Claudionor Renato da SILVA¹

RESUMO: Violência de gênero nesta pesquisa é toda forma de opressão, seja ela verbal, física, sexual ou psicológica, em que um gênero se sobrepõe ao outro, geralmente, o homem sobre mulheres, homossexuais, crianças e outras diversidades (sexuais). Lança-se, inicialmente, um olhar para a violência de gênero na teoria psicanalítica em Sigmund Freud, indicando perspectivas de enfrentamento (inter)multissetoriais na sociedade brasileira e latina e, particularmente, enfrentamentos na educação básica e no ensino superior. O objetivo é tanto o de apresentar a vertente psicanalítica sobre o tema da violência de gênero, como também apontar as tendências da produção de conhecimento no Brasil e na América Latina e, a partir destes dois momentos, serem indicadas perspectivas de enfrentamento. A metodologia é bibliográfica, aquela que permite junto ao levantamento de dados se formularem encaminhamentos/críticas e “situar” o objeto de estudo. Os resultados indicam, dentre as muitas abordagens da violência de gênero, a especificidade da psicanálise em tratar o tema. Os apontamentos das tendências dos estudos permitem o entendimento não só da relevância, mas também da necessidade de aprofundamentos e outros estudos sobre a violência de gênero e, principalmente, permitem que sejam construídas possibilidades de enfrentamento nas esferas (inter)multissetoriais e particularmente na educação básica e no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Psicanálise. Produção de conhecimento. Enfrentamento.

RESUMEN: *La violencia de género en esta investigación es toda forma de opresión, sea verbal, física, sexual o psicológica, en que un género se superpone al otro, generalmente, el hombre sobre mujeres, homosexuales, niños y otras diversidades (sexuales). En la teoría psicoanalítica en Sigmund Freud, se muestra inicialmente una mirada a la violencia de género en Sigmund Freud, indicando perspectivas de enfrentamiento (inter) multisetoriales en la sociedad brasileña y latina y, particularmente, enfrentamientos en la*

¹ Universidade Federal de Goiás – (UFG), Jataí – GO – Brasil. Docente e Pesquisador do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado), Unidade de Educação. E-mail: claudionorsil@gmail.com

educación básica y en la enseñanza superior. El objetivo es tanto el de presentar la vertiente psicoanalítica sobre el tema de la violencia de género, como también, apuntar las tendencias de la producción de conocimiento en Brasil y en América Latina y, a partir de estos dos momentos, son indicados perspectivas de enfrentamiento. La metodología es bibliográfica, aquella que permite junto al levantamiento de datos si formulan encaminamientos / críticas y "situar" el objeto de estudio. Los resultados indican, entre los muchos enfoques de la violencia de género, la especificidad del psicoanálisis en tratar el tema. Los apuntes de las tendencias de los estudios permiten el entendimiento no sólo de la relevancia, sino también de la necesidad de profundidades y otros estudios sobre la violencia de género y, principalmente, permiten que se construyan posibilidades de enfrentamiento en las esferas (inter) multisectoriales y particularmente en la educación básica y en la enseñanza superior.

PALABRAS CLAVE: *Violencia de género. Psicoanálisis. Producción de conocimiento. Afrontamiento.*

ABSTRACT: *Gender violence in this research is every form of oppression, be it verbal, physical, sexual or psychological, in which one gender overlaps the other, usually the man over women, homosexuals, children and other (sexual) diversities. A first look at gender violence in psychoanalytic theory in Sigmund Freud, indicating the perspectives of (inter) multisectorial confrontation in Brazilian and Latin society, and particularly, confrontations in basic education and higher education. The objective is both to present the psychoanalytic aspect on the theme of gender violence, as well as to point out the tendencies of knowledge production in Brazil and Latin America and, from these two moments are indicated perspectives of confrontation. The methodology is bibliographical, the one that allows, together with the data collection, to formulate referrals / critiques and to "situate" the object of study. The results indicate, among the many approaches of gender violence, the specificity of psychoanalysis in dealing with the theme. The focus of the studies allows not only the relevance but also the need for further studies and studies on gender violence and, above all, the possibility of confrontation in the (inter) multisectoral spheres and particularly in basic education and higher education.*

KEYWORDS: *Gender violence. Psychoanalysis. Knowledge production. Confronting.*

Introdução

Violência de gênero é um termo que será utilizado neste artigo para tratar toda forma de agressão e opressão, seja ela, verbal, física, sexual ou psicológica, em que um gênero se sobrepõe ao outro, geralmente, a supremacia do homem sobre mulheres, homossexuais, transsexuais, transgêneros e outras diversidades (sexuais) postas em relevo na sociedade mundial e brasileira, na contemporaneidade.

O presente artigo apresenta o tema da violência de gênero, numa proposta teórica psicanalítica, indicando perspectivas de enfrentamento (inter)multissetoriais (direito,

educação, saúde, assistência social, segurança pública, etc.) a partir não só do referencial escolhido, mas também de breve levantamento da produção de conhecimento sobre a violência de gênero no Brasil e na América Latina.

A problemática pode ser desdobrada na seguinte questão reflexiva: a partir da escolha do referencial psicanalítico freudiano sobre violência, bem como um breve levantamento sobre a produção de conhecimento da violência de gênero no Brasil e na América Latina, quais perspectivas de enfrentamento se abrem aos (inter)multissetores e, particularmente, à educação básica e ao ensino superior?

A metodologia empregada é o da pesquisa bibliográfica, segundo Sampieri; Fernández-Collado; Lucio (2006). A particularidade da pesquisa bibliográfica, defendida por estes autores e aplicada ao presente trabalho: “Amplia o horizonte do estudo ou orienta o pesquisador para o enfoque do seu problema [...] o marco teórico pode servir para expandir nosso panorama. [...] Inspira novas linhas e áreas de pesquisa (SAMPIERI; FERNÁNDEZ-COLLADO; LUCIO, 2006, p. 53)”.

Os dados coletados na pesquisa são agrupados a partir da leitura na íntegra de artigos. Quanto às dissertações e teses que foram elencadas, apenas os resumos foram lidos. A seleção de palavras e sentenças foi organizada a partir do acesso aos textos e as leituras. Para fins desta pesquisa foram analisados textos de 2016 para cá. E, dado o espaço do artigo, as referências foram reduzidas a fim de serem clareadas apenas as questões mais centrais ligadas à problemática da pesquisa.

O estudo sobre a violência de gênero se justifica e se legitima social, acadêmica e politicamente, e como afirmam Schraiber et al (2007), trata-se de um tema de extrema relevância no atual cenário social brasileiro e mundial. No caso brasileiro, apesar dos grandes avanços das políticas públicas e a participação ativa dos movimentos sociais, sobretudo feministas, bem como dos debates nos espaços acadêmicos (ANPOCS², SBS³, ABA⁴, ANPHUR⁵ e outras instâncias que vem debatendo a questão da mulher e da violência de gênero), os dados estatísticos de violência, sobretudo contra mulheres, são assustadores e crescem a cada dia. A violência contra homossexuais masculinos também apresenta dados alarmantes. O Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, é uma amostra do despertar público para a questão da violência de gênero.

² Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

³ Sociedade Brasileira de Sociologia.

⁴ Associação Brasileira de Sociologia.

⁵ Associação Nacional de História.

Em políticas, a extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), criada em 2003, ligada diretamente à Presidência da República, tornou-se um marco no combate à violência de gênero contra as mulheres. Há de se destacar também o Partido da Mulher Brasileira (PMB), fundado em 2008.

A temática vem ganhando fôlego na mídia televisiva e nas redes sociais e, ao mesmo tempo, constitui-se em uma resistência, diante de atrocidades contra mulheres, particularmente, seja aqui no Brasil, seja na América Latina. Por outro lado, as pesquisas e a produção de conhecimento sobre a violência de gênero vêm operacionalizando possibilidades de interligação de áreas para não apenas compreender o fenômeno, mas combatê-lo em diversas frentes. É nessa interligação de áreas que a Psicanálise tem trazido contribuições ao tema, seja no trato jurídico, seja no trato sociológico e antropológico, ou, efetivamente, nas questões relativas à saúde pública e segurança (LEITE, 2012).

Nesta mesma linha de afirmações, vale a constatação do termo ‘violência de gênero’ no feminismo e no campo sócio-antropológico, por exemplo, nas leituras de Joan Scott, para quem a violência de gênero é entendida como as diferenças das sociabilidades constituídas entre homens e mulheres, que perpassam as relações de poder. Deriva deste entendimento, portanto, que ser homem e ser mulher é uma constituição histórica e cultural, portanto, não é dado biologicamente. A violência de gênero, nesta assertiva, esclarece que toda violência está baseada nestes papéis ou funcionalidades de homem e de mulher nas sociedades, enaltecendo um e subordinando outro, mantendo desigualdades. Desta forma, o patriarcado e a ideologia de submissão e de papéis específicos, na sociedade, conferidos às mulheres, dão origem à violência entre homens e mulheres.

Uma segunda justificativa para os estudos na temática vem da Convenção de Belém do Pará⁶. Embora o texto se dirija ao termo “violência contra a mulher”, este é um importante documento para se compreender a violência (“baseada no gênero”), mesmo que este último termo seja citado apenas uma única vez e permite mais que uma interpretação.

De qualquer forma, a violência de gênero é uma ofensa à dignidade humana; são atitudes oriundas das relações de poder que mantêm as desigualdades entre homens e mulheres e desqualifica outras diversidades e identidades sexuais que não são ‘heteronormativas’. Há uma relação direta entre violência e poder, como bem afirma a

⁶ Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Belém do Pará, 9 de Junho de 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Convenção de Belém do Pará, e toda violência contra mulher pode ser física, sexual ou psicológica.

Justificadas, resumidamente, as concepções de violência de gênero aqui aceitas, as apresentações conceituais aqui discutidas, no âmbito da psicanálise, estão apenas focadas na produção de Sigmund Freud. Pode-se citar, por exemplo, escolas psicanalíticas que investigaram o tema da violência: Gantheret, Ferenczi, Lacan, Klein, Winnicott, Laplanche, dentre outros e outras. A pesquisa ainda não permite o avanço da discussão nas diversas escolas da psicanálise até à contemporaneidade, nem mesmo no buscar da ampliação da discussão nas fronteiras da psicanálise com a filosofia, com autores como Deleuze, Butler e Foucault. A psicanálise é um referencial de opção desta pesquisa.

Psicanálise e a violência de gênero

Sigmund Freud inicia suas ideias e propostas sobre a violência um pouco antes da obra ‘Interpretação dos Sonhos’. Segundo Costa (1986), em o ‘Projeto para uma psicologia científica’, escrito em 1895, Sigmund Freud já traduzia os principais conceitos ligados à violência, particularmente em dois pontos: 1) a quantidade de energia do aparelho neural, que veio dar origem à pulsão; 2) o estudo sobre o neurônio, como partícula material e elemento constituinte do aparelho psíquico, que originou a categoria conceitual do recalque. Embora o ‘Projeto’ tenha sido abandonado por Freud, lá estão grandes contribuições significativas, inclusive para hoje, no campo da neuropsicologia.

É importante lembrar que violência não é um conceito psicanalítico freudiano, ou seja, a violência é um tema que se sobressai ou está interligado diretamente à teoria do inconsciente, e algumas obras freudianas foram dadas explicativas sobre isso, como por exemplo, em ‘Totem e Tabu’ – da crítica ao modelo explicativo de Freud, contudo, deve ser considerado um modelo psicanalítico construído, mas não como ‘verdade’ imposta à produção de conhecimento sobre a origem da cultura, das leis e das sociedades ‘civilizadas’.

As obras centrais de Sigmund Freud para compreensão da violência de gênero ou a construção de um referencial psicanalítico sobre a temática está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Obras referenciais sobre a violência em Sigmund Freud

Obra	Ano	Breve Análise
Reflexões para os tempos de guerra e morte	1915	Violência expressa no ódio e nos instintos maus e egoístas do ser humano.
Além do princípio do prazer	1920	Freud cria o conceito de pulsão de morte para explicar a violência na perspectiva psicanalítica. A ligação entre violência e sexualidade.
Mal-estar na civilização	1929	Sobre os instintos destrutivos humanos: conceito de agressão é desenvolvido.
Por que a guerra?	1932	Forte frequência da palavra “violência”. Rica em ambiguidades e diversidades, é possível a contextualização do termo.

Fonte: elaboração própria, fundamentada em Costa (1986).

Segundo Costa (1986), as obras acima englobam tópicos fundamentais para se entender a violência, mas adverte, “[...] não se esgota nestes tópicos (p. 15)”. Os tópicos centrais, para este autor, são três: 1) trauma infantil e trauma da sedução, 2) pulsão de morte, e 3) a obra Totem e Tabu.

Outro conjunto de conceitos freudianos que subsidiam uma leitura psicanalítica sobre a violência, para ser transposto ao entendimento da violência de gênero: eu/identidade (obras: Luto e melancolia, de 1917; Além do princípio do prazer, de 1920), narcisismo (Três ensaios sobre a teoria de sexualidade, de 1905 e, Sobre o narcisismo, de 1914), repetição (na obra Recordar, repetir e elaborar, de 1914) e masoquismo (nas obras Três ensaios sobre a teoria de sexualidade, de 1905; em O problema econômico do masoquismo, de 1924).

Certamente, um aprofundamento, na contemporaneidade, dos aspectos clínico-teóricos da pulsão (Canavêz, 2014) diz e dirá muito sobre a violência de gênero, num olhar psicanalítico, já que Freud não pode aprofundar e esclarecer este tópico, exigindo de outros psicanalíticos(as) enveredarem outros estudos para contribuições à psicanálise e às áreas, sobretudo, médicas e do direito.

Através do conceito de masoquismo, presente nas obras O problema econômico do masoquismo, de 1924 e na conferência Feminilidade, de 1932, aponta-se a questão da violência contra a mulher, uma vez aceita a condição de objeto. Partindo desta orientação de subjetividade, compete à mulher a recolocação desta posição, agora de não subalternidade e, desta forma, no inconsciente, proporcionar a supressão da violência que sofre. O masoquismo é uma parcela da pulsão da morte, na produção freudiana, em oposição ao sadismo, e traduz um entendimento freudiano da violência (CANAVÊS, 2014).

Esta recolocação ou novo posicionamento, pela teoria do inconsciente, é resultante do encontro/rompimento da cultura, da história, bem como do biológico, de colocar um fim à violência contra si. A ligação à infância, o seu desenvolvimento, está fixa, no entendimento psicanalítico, ao se considerar a violência sofrida pela mulher adulta e, na máxima de que tudo está no inconsciente (WOLFF, 2009).

Estudos contemporâneos de vertente psicanalítica lançam seu olhar clínico e metodológico para a compreensão da violência de gênero e como se pode transportar essas conceituações para os espaços educacionais, espaços da saúde, da assistência social e também do direito, a fim de que se organize uma mudança social no tocante a eliminação de toda forma de violência de gênero contra mulheres, contra pessoas LGBTTTI⁷ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros e Intersex), contra crianças e adolescentes, o que exige, ao ver desta pesquisa, uma política de educação sexual mais ampla, ou seja, para além da educação escolar, já que é um tema multidisciplinar e extremamente necessário à sociedade brasileira, latina e mundial.

Para continuação da análise se apresenta agora um breve mapeamento da produção de conhecimento sobre a violência de gênero no Brasil e na América Latina. Estas duas seções, em conjunto, contribuem para o objetivo final desta pesquisa, que é a colocação de algumas perspectivas de enfrentamento à violência de gênero, tendo como fundo epistemológico um olhar psicanalítico em Sigmund Freud.

Produção de conhecimento sobre violência de gênero no Brasil e na América Latina

Apresentada a escolha pelo enfoque psicanalítico sobre a violência de gênero em Freud, está aqui um breve levantamento da produção de conhecimento sobre os estudos na temática, no Brasil e na América Latina, a partir de três descritores: 1) ‘violência de gênero’, para se encontrar os estudos, particularmente, publicados no Brasil; 2) ‘violencia de género’ situando os estudos na América Latina, em trabalhos publicados diretamente em língua espanhola e, 3) como uma forma de saturação de dados, com trabalhos tanto em língua portuguesa quanto espanhola utilizou-se o descritor composto (em espanhol) ‘violencia de género; America Latina’.

⁷ No Reino Unido, a sigla utilizada pelos movimentos, desde este ano de 2018 é: “LGBTQQICAPF2K+”. Na sequência das iniciais, em inglês, tem-se: lesbian, gay, bissexual, transgender, queer, questioning, intersex, assexual, agender, ally, curious, pansexual, polysexual, friends and Family, two-spirit e kink.

Para o espaço deste artigo são selecionados para discussão e análise apenas estudos bem recentes, de 2016 para cá. Isto facilita também uma apresentação mais abrangente, atualizada e contemporânea, sobre a produção de conhecimento em violência de gênero no Brasil e na América Latina.

O Quadro a seguir apresenta os dados obtidos sob o descritor 1.

Quadro 2: Descritor 1: ‘violência de gênero’

PALAVRAS E EXPRESSÕES CHAVE
Educação em Gênero; crianças; prevenção da violência de gênero. Educação acerca de gênero. Violência de gênero e sexual em uma universidade pública. Violência de Gênero contra a mulher e a produção de material educativo.
Feminismos e violência de gênero no Brasil.
Violência de gênero e as medidas protetivas. Intervenção sobre violência de gênero.
Violência de gênero vivido por mulheres. Violência doméstica. Violência de gênero entre gamers brasileiros no Facebook. Violência conjugal.
Violência de gênero em situações de refúgio.
Violência de gênero no Brasil – feminicídio. Ordenamento Jurídico. Acesso à justiça: mulheres em situações de riscos. Violência de Gênero, Lei Maria da Penha, Poder Judiciário. Violência de Gênero e os DH. Feminicídio; violência de gênero nos aspectos jurídicos.
Serviço Social, Movimento LGBT, cidadania: para crianças e adolescentes no combate à violência de gênero.
Violência de gênero e ações afirmativas.
Políticas Públicas: sobre a não materialização da Lei 11.340/2006.

Fonte: elaboração própria.

A partir da leitura dos dados e a organização destas palavras e sentenças, agrupadamente apresentadas no Quadro 3, percebe-se uma tendência de considerar violência de gênero apenas aquela dirigida a mulheres tendo as seguintes expressões: violência doméstica ou violência contra mulheres. Aparece também violência conjugal.

Nesta mesma linha de análise geral, os estudos sobre violência de gênero são também estatísticos e de denúncias, como, por exemplo, aparece correntemente sobre o feminicídio no Brasil, apresentando casos particulares em diversos municípios brasileiros, mas em grande parte são estudos voltados para as grandes capitais.

O ordenamento jurídico ocupa as discussões desses trabalhos, abarcando a questão da liberdade e dos direitos. Mas, curiosamente, os estudos não tratam com profundidade e quantidade a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ou seja, o tema das políticas públicas de enfrentamento da violência não é muito explorado nas tendências dos estudos brasileiros sobre violência de gênero, pelo menos nos estudos recentes, aqui em recorte.

O campo da assistência social, ao lado do direito, ocupa os estudos nesta linha, mais ampla e geral, voltada para um contexto de violência contra a mulher, ações protetivas, estudos de caso, estudos estatísticos e denunciante.

Heine (2016) aborda o feminicídio no Brasil a partir do direito. O trabalho de pesquisa da autora traz grandes contribuições à educação sexual, na abordagem da violência de gênero, pois aborda as raízes históricas e sociais que vêm permitindo a continuidade do feminicídio no país, um fato quase que aceito com naturalidade, apesar do Código Penal ser um marco fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher, fruto do importante trabalho, sobretudo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher, no ano de 2013. O principal enfrentamento, segundo a autora, é a ‘colocação’ jurídica como política de prevenção nos espaços sociais, o que inclui a escola.

Para esta discussão na América Latina, Fregoso; Bejarano (2011) e documentos públicos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) são fontes importantes neste debate, que abrange a produção de conhecimento, tanto no Brasil quanto na América Latina, e que possuem frentes de educação sexual para o combate à violência de gênero. Um dos primeiros documentos da CEPAL sobre violência de gênero é de 1996 (CEPAL, 1996). Atualmente, os debates são muito amplos e culminam com a proposta do que vem se convencendo chamar de ‘empoderamento de mulheres e meninas’. A CEPAL possui uma divisão específica para tratar da temática, a División de Asuntos de Género⁸.

Violências de gênero às refugiadas mulheres e refugiados do público LGBTTTTI estão também presentes nas pesquisas no Brasil e na América Latina, em trabalhos como o de Schwinn; Costa (2016), França (2017) e Moraes, Osterne (2017). Schwinn; Costa (2016) citam as ações da ACNUR – Agência das Nações Unidas para Refugiados. A questão central destes textos não é a diminuição da violência de gênero, mas o fim desta violência e que direitos de viver sejam não só assegurados, mas efetivados, o que não acontece.

Há um destaque para as pesquisas que tratam da violência de gênero em relação às medidas protetivas e intervenções em casos de violência de gênero. Estudos nesta linha incluem aquelas advindas da própria Lei Maria da Penha e, num outro plano, práticas educativas em educação sexual e educação em saúde, como formas de enfrentamento; são

⁸ Endereço eletrônico da área de trabalho da CEPAL “Asuntos de género”: Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/areas-de-trabajo/asuntos-de-genero>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

trabalhos como os de Garcia; Neves; Silva (2017) e Almeida; Acker (2016), apenas para citar alguns.

Os aspectos educativos da violência de gênero e seu enfrentamento ocupam grandes notas de estudos voltados também para a prevenção e para a denúncia de casos de violência. Aparecem também propostas de formatação de materiais para divulgação e conscientização sobre o tema. Há vários estudos com parcerias na área da saúde, inclusive.

No aspecto do currículo, trabalhos como os de Smith; Santos (2017) abordam as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) de Direitos Humanos como espaços no currículo da educação básica para tratar da violência, em sua forma mais ampla, e em violência de gênero, de forma mais específica, atrelando os temas da sexualidade, da educação sexual e de gênero, propriamente. Contudo, estão ausentes no elencamento realizado trabalhos educativos formativos ou não, que tratem a violência gênero nos espaços universitários.

A abordagem feminista é muito presente na produção nacional sobre a violência de gênero e se encaixa no primeiro conjunto de análise apresentado sob o descritor 1. Uma referência teórica muito presente nos textos elencados é Heleieth Saffioti (SAFFIOTI, 2001).

A seguir, se passa para a análise do descritor 2, utilizando-se da palavra “violência de gênero”, em espanhol (Quadro 3).

Quadro 3: Descritor 2: “violencia de género”

PALAVRAS E EXPRESSÕES CHAVE
Silenciamento vivido pelas mulheres. Barreras que dificultan la denuncia de la violencia de género.
Al limite de la violencia de género em Caragenera. Flagelación y castigo em la Mérida colonial.
Celebrities e a violencia de género
Menores victimas directas de la violencia de género
Análisis bibliométrico sobre la investigación em la violencia de género.
Los programas de intervención com maltratores. Las masculinidades y los Programas de Intervención para maltratores
La educación emocional – prevención de la violencia de género.
Violencia de género nas relações lésbicas.
Violencia de Género em adolescentes.

Fonte: elaboração própria

A produção de conhecimento na América Latina sobre a violência de gênero difere das produções no Brasil, pelo menos em duas direções diferentes: uma, retratando históricos da violência contra as mulheres, sobretudo no período colonial e, a outra, com

aportes teóricos ou epistemológicos para a abordagem do tema – esta última é mais evidente sob o descritor 3 e será comentado a seguir.

Na primeira direção, o histórico da violência contra mulheres, especificamente no período colonial espanhol, na América, tem contribuído para uma grande gama de estudos, principalmente aqueles produzidos pela CEPAL, na atualidade voltada ao empoderamento de mulheres.

Ganha destaque também, de 2017 para cá, as denúncias sobre violência sexual nos espaços da fama, das celebridades, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, quando grandes atrizes de *Hollywood*, hoje mulheres adultas, denunciam famosos diretores de abuso sexuais, quando eram mais jovens.

Diferentemente das produções brasileiras também, as produções em língua espanhola tem como destaque os estudos contra crianças e adolescentes voltados para a exploração sexual e a prostituição infantil como integrantes do grande tema da violência de gênero. Esta abordagem não é contemplada nas tendências da produção de conhecimento no Brasil.

Trabalhos que chamam a atenção nas recentes produções na América Latina são aqueles que trazem a discussão sobre a violência de gênero em relacionamentos lésbicos. No Brasil, a Lei Maria da Penha também se aplica a casais de mulheres e relacionamentos de casais transsexuais.

Acompanhando as produções brasileiras, estudos educativos de prevenção à violência de gênero são muito presentes na América Latina. Dois exemplos disso são programas de ‘educação emocional’ e medidas educativas preventivas a homens que já realizaram algum tipo de violência contra mulheres.

O trabalho nesta questão na América Latina já vem de muito tempo, como já se apontou. Carmen Antony (2012), a partir do direito, apresenta um caminho de elaboração de políticas que envolvem desde a prevenção educativa contra a violência de gênero até medidas judiciais mais rigorosas que tornem a violência de gênero uma realidade outra da presente, que se vivencia tanto no Brasil quanto na América Latina.

Os encaminhamentos de políticas sobre a violência de gênero contra mulheres podem ser transpostos para crianças que sofrem abuso sexual e demais tipos de violência, bem como voltados a pessoas LGBTTTI. Aliar estas políticas a propostas de educação sexual, na perspectiva curricular em Direitos Humanos, parece ser uma metodologia aplicável, considerando ainda mais o valor das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base

Nacional Curricular Comum que substituem os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais e Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Para ampliar a produção de conhecimento, integrando, ao mesmo tempo, produções no Brasil e no restante da América Latina, o descritor 3, de alguma forma, satura as evidências ou tendências dos estudos, a partir dos outros dois descritores, com uma diferenciação: apresenta correntes teóricas de análise, para além do feminismo, que é característico da produção sobre o tema no Brasil. Trata-se das teorias da Ecologia Política e as Teorias do Sul ou Epistemologias do Sul. Ver Quadro 4.

Quadro 4: Descritor 3: “violência de gênero; América Latina”

PALAVRAS E EXPRESSÕES CHAVE
Políticas. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina.
Violência contra mulheres. Violência Sexual contra mulheres.
Violência de gênero em situações de refúgio. Refugiados LGBTI
Feminicídio.
Ordenamento Jurídico. Dispositivos legais no combate à violência contra a mulher. Proteção às mulheres vítimas da violência doméstica.
Aspectos interculturais e a violência contra mulheres na América Latina.
Prevenção da violência na adolescência.
Ecologia Política e lutas sociais na América Latina, a partir de Enrique Dussel. Teoria do Sul.
Feminismos brasileiros. Práticas de Empoderamento feminino na América Latina.

Fonte: elaboração própria.

Enrique Dussel, segundo Costa; Loureiro (2016), aparece como uma importante corrente filosófica no debate da violência de gênero, formatando uma possibilidade de enfrentamento, numa perspectiva marxista.

Essa associação do ambiente com a vida libertária e emancipada tem sido um dos focos de ação e de epistemologia no que se vem convencionando chamar de empoderamento feminino, sobretudo na América Latina. O fundo temático desta discussão teórica está diretamente ligado aos movimentos sociais de mulheres e em prol de meninas, seja por meio da educação ou por meio de propagandas nacionais que visam à proteção de meninas e mulheres contra toda forma de violência, na denúncia contra todo tipo de exploração sexual.

Sobre as teorias do sul na produção de conhecimento sobre a violência de gênero, vale a referência às masculinidades e feminilidades em trabalhos como os de Raewyn

Connell, Boaventura de Souza Santos – epistemologias do Sul. Estas teorias tentam deslocar as referências europeias e desconstruí-las a favor de um olhar do colonizado e não do colonizador.

Nas análises destes trabalhos de 2016 para cá, a fim de que, sucintamente se pudesse organizar uma breve, mas, ao mesmo tempo, ampla discussão, atualizada, sobre a violência de gênero no Brasil e na América Latina, o referencial psicanalítico é raro aparecer e, quando aparece, são pequenas análises ou citações em relação à sua contribuição, principalmente em decisões judiciais. Contudo, quando se coloca o descritor ‘psicanálise’ conjugado à ‘violência de gênero’, muitos trabalhos aparecem, em sua grande maioria com discussões teóricas. Os poucos trabalhos clínicos existentes contribuem para uma discussão ampla e possível de aproximação da clínica com o espaço escolar, o sistema de saúde, a assistência social, o direito, enfim, sempre tendo como foco a eliminação de todo tipo de violência de gênero, incluindo todas aquelas dirigidas a crianças pequenas e pessoas adultas.

A produção de conhecimento no Brasil e na América Latina, somada ao enfoque psicanalítico aqui apresentado brevemente, permitem, a partir da metodologia utilizada na pesquisa (SAMPLERI; COLLADO; LÚCIO, 2006), serem organizadas perspectivas de enfrentamento da violência de gênero numa perspectiva multissetorial. Esta discussão é organizada na forma de considerações finais da pesquisa, na seção seguinte.

Perspectivas de enfrentamento em algumas breves considerações finais

Adota-se nesta pesquisa o conceito de enfrentamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência de Gênero contra as Mulheres (BRASIL, 2011). É um conceito que trata de implementações de leis amplas e articuladas e que diz respeito também às ações (inter)multissetoriais (direito, saúde, segurança pública, educação, partidos políticos, movimentos sindicais, etc.) que trabalham contra as desigualdades e o fim delas; interferem em padrões sexistas; promovem o empoderamento de mulheres e meninas; atendem com qualidade pessoas vítimas da violência, bem como, acrescenta-se, no âmbito desta pesquisa, o atendimento a agressores como forma protetiva às vítimas e corretiva a estes.

Ao enfrentamento também incorporam-se, ainda que brevemente, os eixos de ação da Política, oriunda da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2003. Ao

conceito pensa-se para esta pesquisa a necessidade de serem transpostos à violência de gênero em um contexto mais amplo, além das mulheres: alcançando as meninas, os meninos, os(as) adolescentes e público LGBTTTI. Estes eixos são: prevenção (ações educativas e culturais, práticas em saúde e práticas dos movimentos sociais), combate (políticas e movimentos sociais; promulgação de leis), assistência (atendimento de qualidade e capacitação de agentes dos multissetores) e garantia de direitos (empoderamento e reafirmação de leis internacionais e nacionais, sobretudo os Direitos Humanos).

As perspectivas de enfrentamento à violência de gênero, no Brasil e na América Latina estão divididas nesta pesquisa em: 1) políticas públicas (inter)multissetoriais (iniciando pelo direito e passando pela assistência social, conselho tutelar, saúde, segurança pública, etc.) de prevenção, de caráter protetivo e de correção, e 2) políticas públicas específicas para a educação básica e o ensino superior, basicamente de caráter preventivo e protetivo, numa abordagem em educação sexual.

Na primeira divisão, o das políticas públicas (inter)multissetoriais, as ações estão voltadas à capacitação de agentes tomadores de decisões em casos de violência de gênero, que, a princípio, segundo os estudos aqui elencados, devem desconstruir visões sexistas, machistas e homofóbicas no trato destas violências de gênero, que são múltiplas, não apenas contra mulheres. Neste sentido, a psicanálise, particularmente, com a clínica, e estritamente, as teorias psicanalíticas – desde Sigmund Freud até a contemporaneidade –, tem muito a contribuir nestas formações/capacitações, visando um maior e melhor atendimento e acompanhamento de situações de violência, que podem ser tanto preventivas como protetivas e até corretivas, como os Programas de recuperação a homens que já efetuaram algum tipo de violência de gênero, seja contra crianças, contra mulheres ou contra homossexuais, bem como nos casos de violência de gênero entre casais homoafetivos femininos.

Neste sentido, aparecem nos dados levantados na pesquisa a indicação de defesa, tanto para o Brasil, quanto para a América Latina, de uma maior rigorosidade no tratamento das leis focadas na violência de gênero. No caso brasileiro, vem se exigindo uma atenção maior à Lei Maria da Penha, sobretudo com a questão dos recursos financeiros e uma maior proteção às mulheres que, mesmo acessando os órgãos competentes, acabam sofrendo continuamente perseguições por seus ex-parceiros ou acabam mortas, tempos depois.

Políticas públicas específicas para a educação básica e o ensino superior, em relação ao enfrentamento da violência de gênero, enquadram-se, como já se afirmou, em ações preventivas e de monitoramento que anulem os altos índices de estupro, sobretudo nas universidades, o que torna a educação sexual nos espaços escolares e universitários uma máxima importante e urgente para o Brasil e para a América Latina.

Na educação básica brasileira, as DCN em Direitos Humanos, hoje, são a porta de entrada ao debate da violência de gênero e outras violências. Já no ensino superior não há uma política diretamente e, por isso mesmo, o enfrentamento vem acontecendo pelo forte trabalho dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas e de mulheres que vem solidificando demandas às reitorias para que haja uma tomada de decisão e ações que eliminem estas violências, retirando, sobretudo, o olhar sexista e machista da questão, e o mais importante: que as denúncias sejam investigadas e as pessoas agressoras sejam punidas conforme rigor da lei.

Nesta discussão aqui realizada o que se deseja é um mundo libertário em que a cidadania sexual e identitária sejam respeitadas como valores democráticos e de valor da vida. A esperança de que as pessoas não sejam mortas por seu gênero, mas vivam a liberdade, o (seu) direito concedido por lei, de ser o que se quer ser, de ser feliz em sua identidade de gênero, sem, com isso, correr risco de vida por sua escolha de forma de viver e ser feliz.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. R.; ACKER, A. M. O cinema como vivência dos direitos humanos na escola. **Reu**, Sorocaba (SP), v. 43, n. 2, p. 247-260, 2017.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência de Gênero contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011.
- CANAVÊZ, F. A violência a partir das teorias freudianas do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 33-48, 2014.
- ANTONY, C. Compartilhando critérios e opiniões sobre femicídio/feminicídio. In: CLADEM. Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los Derechos de la Mujer – CLADEM. (org.). **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/femicídio**. Lima, jun., 2012.
- CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe. **Violência de gênero: um problema de derechos humanos**. Serie Mujer y Desarrollo 16. Santiago, Chile: Cepal, 1996.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A ecologia política de Enrique Dussel: aproximações para as lutas sociais na América Latina. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, p. 86-113, 2016.

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRANÇA, I. L. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, v. 50, 2017.

FREGOSO, R. L.; BEJARANO, C. (orgs.). **Feminicídio em América Latina**. Diversidade Feminista. CEIICH/UNAM. Cidade do México, 2011.

GARCIA, J. M.; NEVES, J. G.; SILVA, A. B. Contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 4, n. 9, 2017.

HEINE, C. C. **Violência de gênero no Brasil: uma análise da inserção do feminicídio no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.

LEITE, A. S. Ciências Sociais e Psicanálise: notas sobre a violência urbana. **Revista Ágora**, Vitória, n.º 16, p. 121-128, 2012.

MORAES, G. C. S.; COELHO JUNIOR, N. E. Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 15, n. 4, 2010.

MORAES, L.; OSTERNE, M. S. Transgressões de gênero: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e as demandas de mulheres travestis e transsexuais. **Ambivalências**, 2017, v. 5, n. 10, p. 157-179, jul./dez., 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, out., 2007.

SCHWINN, S. A.; COSTA, M. M. M. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. **Revista Signos**, Laejeado, ano 37, n. 2, 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. **Metodologia De Pesquisa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

SMITH, A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1083-1112, 2017.

WOLFF, M. P. Reflexões sobre o feminino. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, v. 42, n.º 77, dez. 2009.

Como referenciar este artigo

SILVA, Claudionor Renato da Silva. Violência de gênero no Brasil e na América latina: um enfoque psicanalítico, a produção de conhecimento e perspectivas de enfrentamento.

Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 20, n. 1, p. 80-96, jan./jun., 2018. e-

ISSN: 2594-8385. DOI: 10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11284

Submetido em: 10/04/2018

Aprovado em: 18/05/2018